COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº. _____/2013

EMENTA: Determina que as clínicas, Policlínicas médicas e hospitais localizados no município do Recife, que realiza atendimento Médico Cardiológico deverão possuir em seu estabelecimento o equipamento desfibrilador.

A Comissão de Legislação e Justiça recebeu para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº. 02/2013, de autoria do Vereador Luiz Eustáquio, tendo sido designado como relator o Vereador Aerto Luna.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das clínicas, policlínicas médicas e hospitais localizados no município do Recife, que realizam atendimento Médico Cardiológico, de possuir em seu estabelecimento, o equipamento desfibrilador.

Frise-se por oportuno que já existe nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 115/2012, que institui a obrigatoriedade de fixação, em local visível, de aparelho DESFIBRILADOR CARDÍACO em espaços reservados a atividades esportivas, bares, restaurantes, supermercados e hipermercados, shoppings, instituições educacionais e casas de shows.

Quando em pauta, nos termos regimentais, a proposição não recebeu emendas ou substitutivos. Vem, agora, a esta Comissão de Legislação e Justiça, para ser apreciada nos seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos.

ANÁLISE

Decorrido o prazo de pauta, foi o projeto encaminhado a esta Comissão de Constituição e Justiça, a fim de ser examinado quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Não obstante o mérito da presente proposição ressalte-se a existência do PL nº 24/2012, que previa matéria que dispunha sobre “a obrigatoriedade de fixação, em repartições públicas, hospitais, pronto-socorros, e clínicas médicas, centros médicos e de diagnósticos localizados no Recife, de cartazes divulgando a população o número de telefone, “email”, “site” e endereço de centros de remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento, e dá outras providências.” (grifei)

Depois de regular tramitação nesta Casa Legislativa, o projeto foi vetado pelo Executivo ao argumento de que a matéria é da competência privativa do Prefeito, nos termos do art. 54, VI, “a” da LOMR. Leia-se:

Art. 54 da LOMR – “Compete privativamente ao Prefeito:

VI - dispor mediante decreto sobre: (alterado pela Emenda nº 21/07)

a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (acrescido pela Emenda nº 21/07)”

Dessa forma, considerando que o Projeto de Lei nº 02/2013 também terá consequências sobre os hospitais públicos localizados no município do Recife, tem-se que a matéria termina por interferir na gestão da Administração Pública e acarretará despesa não prevista na respectiva Lei Orçamentária, não podendo, portanto, tramitar.

Acrescente-se que trâmite nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 115/2012, que institui a obrigatoriedade de fixação, em local visível, de aparelho DESFIBRILADOR CARDÍACO em espaços reservados a atividades esportivas, bares, restaurantes, supermercados e hipermercados, shoppings, instituições educacionais e casas de shows.

Desse modo, se acaso ultrapassada a legalidade da matéria trazida no PLO 02/2013, constatada a similaridade com o tema constante Projeto de Lei nº 115/2012, sugere-se, em atenção aos princípios de economia e celeridade, que a análise dos projetos seja realizada em conjunto pela Comissão de Legislação e Justiça.

Por fim, com o objetivo de evitar prejuízo à medida pretendida, sugere-se ao Vereador Luiz Eustáquio, a transformação do Projeto 02/2013 em Indicação Simples.

Em face do exposto, o parecer é PELA INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 02/2013, ou se acaso assim não entenda a Comissão de Legislação e Justiça, que o Projeto passe a tramitar em conjunto com Projeto de Lei nº 115/2012, haja vista a similaridade da matéria constante de ambos os projetos.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

CONCLUSÃO

Do exposto, uma vez cumpridas as exigências legais e superados os trâmites regimentais, ressaltando o mérito da iniciativa do Projeto, a Comissão de Legislação e Justiça opina pela REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, em de março de 2013.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Aerto Luna
Presidente

Felipe Francismar
Vice – Presidente

Henrique Leite
Membro Efetivo

Raul Jungmann
Membro Efetivo

Erivaldo da Siva
Membro Efetivo

Amaro Cipriano
Membro Suplente

Alfredo Santana
Membro Suplente

Erivaldo da Siva
Membro Suplente

Romero Jatobá
Membro Suplente

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA